

AS ELITES DO MARANHÃO IMPERIAL E A JUSTIFICATIVA RACIAL DO CATIVEIRO

Nayara de Fátima Nunes Santos

Introdução

Esta pesquisa constitui-se como mais um instrumento para avultar o conhecimento sobre a história do século XIX e o uso da imprensa em relação a escravidão. Nela, o foco de estudo dá-se a partir das concepções das teorias raciais e sua presença nas páginas dos jornais maranhenses do período de 1850-1888, para essa investigação tem-se como recorte espacial, a elite maranhense e como recorte temporal, o século XIX, especificamente os anos de 1850 a 1888.

Qualquer escrita parte de uma representação e sempre vem carregada de objetivos, interesses e ideais, é a partir disso que as fontes históricas buscam estudar e identificar quem escreveu, em qual contexto e época o autor está inserido, quais os meios utilizados para isso, qual o seu tipo de escrita, para quem ele escreve, por que ele escreve e de onde ele escreve. Servindo-se disso, para compreender essa concepção, acatam alguns postulados de Chartier, intelectual que foi muito importante na Escola dos Annales.

Para ele:

Todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar da realidade do texto construído, pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita (CHARTIER, 1994, p. 102).

Como afirma Castro (2014, p. 41) “é difícil quase impossível, começar um texto sobre história social escapando ao lugar-comum de tantos outros sobre o mesmo tema: a referência necessária ao movimento dos Annales e às múltiplas significações da expressão e sua consequente ambiguidade”, posto isso, foi por meio do advento dessa corrente historiográfica, que hoje se possui uma maior diversidade no que diz respeito a ideia do que é um documento e como historicamente o mesmo deve ser, entretanto ainda ocorre um embate a essas aceitações dessa variedade de documentos, e a imprensa até pouco tempo atrás era vista como uma dessas fontes que deveriam ser utilizadas cautelosamente.

Nesse sentido a abordagem da história social nos ajuda a perceber as condições do sujeito na sociedade, por isso, para Castro (2014, p. 44), “a história social em sentido restrito sugeria, assim,

como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. A história social marxista britânica insuflava uma “história vista de baixo”, no qual se tem E. P. Thompson como principal expoente dessa corrente. Esse novo conceito de história propunha que as experiências culturais deveriam estar nos centros das análises em relação as ações sociais.

Atualmente é possível afirmar e observar a utilização da imprensa no âmbito da História bem como um número considerável de produções acadêmicas onde as páginas dos impressos constituem pontos cruciais da pesquisa, que apesar de limitar-se à imprensa, só tem a contribuir para a História e para os pesquisadores. Especificamente neste trabalho, objetiva-se demonstrar o conhecimento sobre as teorias raciais e a utilização para justificativa do cativeiro, além de tencionar preencher algumas lacunas ainda existentes em relação à utilização dessas doutrinas no processo de legitimação escravista. Posto isso, como afirma Schwarcz (2017, p.26), “A questão da constituição de uma “identidade racial” brasileira foi reforçada primeiramente pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país”.

É necessário verificar os contextos de cada período estudado para que assim seja possível compreender melhor o tipo de imprensa que era produzida e as afinidades com as propagações de ideias de determinada sociedade, em uma determinada época. Sabe-se que a escrita, seja ela impressa ou acadêmica, se deriva de ações, ideias e interesses, e estão nitidamente ligadas a quem escreve, aos hábitos e aos costumes da época em que foi escrita.

Como reitera Hebe Castro,

Um certo sentido revisionista, de intensidade variada, em relação às abordagens econômicas e sociológicas predominantes nos anos 60 e 70, parece-me que estabelece um campo comum a este desenvolvimento. Um diálogo mais intenso com a historiografia internacional sobre Afro-América configuraria outro importante referencial comum. (CASTRO,2014, p. 53).

Com relação aos aparatos metodológicos, o presente trabalho se debruça a partir de uma perspectiva de análise interdisciplinar e qualitativa. A escolha dos jornais (Diário do Maranhão, A Imprensa e O Paiz) ocorreu devida maior ocorrência de notícias referentes ao uso de doutrinas raciais. Dentre centenas de notícias analisadas referentes aos três jornais, foram escolhidas 23 notícias que apontam ao longo do corpo de seus textos aspecto referentes a uso dessas doutrinas e a possibilidade de fazer uma interpretação acerca da representação do negro nas páginas dos periódicos.

A análise dos jornais consistiu em um levantamento dos jornais já citados através do site www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. A busca pelos periódicos ocorreu através

das seguintes expressões: raça africana, negro africano, escravo, preto, raça negra, africana, caboclo, raça negro e África.

Com o avanço de fontes, o estudo da História do Maranhão Oitocentista foi ganhando cada vez mais espaço e novos pesquisadores se debruçaram sobre esse período. Esse estudo passou a ser interdisciplinar, problematizador e totalizante, principalmente em relação à utilização do cativo e aos argumentos para justificar tal utilização.

Assim posto, fica evidente que a imprensa antes de qualquer coisa, era uma executora política e foi de suma importância para a construção de um pensamento nacional.

Uso das doutrinas raciais com justificativa do cativo

A utilização de doutrinas raciais para a justificativa do cativo foi um dos principais meios utilizados para a manutenção do regime escravista do século XIX. Em uma sociedade escravista acaba-se construindo a seguinte sequência: africano=negro=escravo, porém as próprias denominações de “negro” e “africano” foram construções eurocêntricas. Segundo Barros (2009, p.39-40), “Negro” foi de algum modo uma construção “branca” -já que os povos africanos enxergavam a si mesmo como pertencentes a grupos étnicos bem diferenciados e em certos casos reciprocamente hostis.” Assim como a denominação “negro” a denominação “africano” também foi algo construído aos moldes europeus, de acordo com Barros (2009, p.40), “Se a ideia de “negro” foi construída por supressão ou minimização das diferenças tribais, é preciso salientar que os negros africanos tampouco se viam como “africanos”. A África foi também uma construção da “Europa”.

A denominação de termos também foram ferramentas utilizadas no processo de escravização, e como forma também de causar inferioridade. A atribuição de termos como “negros” e “africanos” acabou sendo responsável pela ideia de uniformidade do continente, África. A utilização para a diferenciação das pessoas baseada no conceito de raça teve seu início no século XVIII, entretanto o seu apogeu ocorreu no século XIX. De acordo com Hebe Mattos,

É a partir da primeira metade do século XIX, especialmente nos Estados Unidos, que até mesmo a origem comum da espécie humana passa a ser questionada (poligenismo) [...]. Desde então, durante todo o século XIX, a partir de uma argumentação biologizante permitiram novamente naturalizar algumas das desigualdades sociais [...] (MATTOS, 2004, p. 11-12).

A entrada das teorias raciais no Brasil ocorreu a partir de 1820, e se concentrava nas mãos de uma elite branca e letrada a utilização dessas teorias para a justificativa do cativo e

da hierarquização social, desse modo, essa elite encontrou nas doutrinas raciais a base científica para legitimar argumentos já profanados. De acordo com Schwarcz(1995), “aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, [...]” (SCHWACZ, 1995, p. 65).

Um das teorias raciais bastantes utilizadas pelos chamados “homens de ciência” foi o Darwinismo Social, trata-se de uma forma de se aplicar o darwinismo nas sociedades humanas. O darwinismo social tentava explicar por meio do postulado evolucionista implantado por Charles Darwin, uma forma de evolução social, na qual existia uma hierarquia do melhor (mais adaptado) para o inferior (o menos adaptado), e foi esse caráter inferior que fez com que os negros se tornassem pessoas marginalizadas socialmente e biologicamente. Os negros escravos ou não, eram considerados pessoas inferiores, e o ato de escravização dos mesmos era visto como algo legítimo já que essa característica (ser inferior) atribuída a eles se tornou um forte argumento para a permanência do cativo.

A diferenciação das cores preta e branca sempre foram utilizadas, a primeira sempre carrega consigo o caráter obscuro, escuridão e a segunda traz a claridade, a luz, desse modo fica evidente que ocorria a hierarquização das cores, o que antes era apenas algo cromático passa a ser premissa máxima para caracterizar e hierarquizar pessoas.

De acordo com Magnoli (2009),

Os ensaios pioneiros de uma ciência das raças situavam-se num quadro puramente descritivo, que excluía o conceito de evolução. O “racismo científico” propriamente dito nasceu junto com o evolucionismo moderno, na segunda metade do século XIX, quando a polêmica entre monogenista e poligenista perdeu interesse” (MAGNOLI, 2009, p. 25-26).

O racismo enquanto ideologia acaba se tonando uma teoria científica, pois procura explicar com precisão e certeza o caráter de hierarquização das raças, utiliza-se das teorias raciais para essa exatidão, como exemplos os usos das ciências: determinismo geográfico, darwinismo social, eugenia, frenologia, evolucionismo e entre outras. Desse modo acabou sendo criado o chamado, “racismo científico”, hoje se sabe que essas teorias que serviram para nortear o “racismo científico” é comprovadamente falso.

Como afirma Schwarcz,

O fator “raça” era então entendido como um tipo de influência vital “no potencial civilizatório” de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto. O Brasil aparecia nesses relatos retratados como primeiro grande exemplo de “degeneração num país tropical “de raças mistas (SCHWACZ, 2017, p. 26).

As teorias raciais adentraram em todo o Brasil, e o Maranhão não foi exceção. Nesse estado assim como os demais, foi utilizado pela elite branca, letrada e científica as teorias raciais para legitimar o processo e escravização e a manutenção do cativo. O uso dessas doutrinas também serviu para o processo de hierarquização e discriminação de negros e escravos na sociedade, esse processo discriminatório era desde a negação de direitos até a marginalização perante o âmbito social.

CATALOGAÇÃO E ANÁLISE: representação da imagem do negro, escravo e africano nas páginas dos jornais.

Jornal *Diário do Maranhão*

O jornal *Diário do Maranhão* foi lançado em 20 de setembro de 1855 e termina no ano de 1911, na cidade de São Luís e era dirigido por Antônio Rego. Até o ano da sua parada em 1858, esse jornal saía para circulação diariamente. Esse jornal tinha como foco abordar interesses referentes a indústria ao comércio, entretanto em suas páginas é possível encontrar, notícias referentes a São Luís e a outras províncias como Caxias e Alcântara, romances e novelas francesas, e assuntos relacionados ao entretenimento, como: festas, leilões e bebidas. No ano de 1858 foi suspenso e reaparece apenas no ano de 1873. Se intitulava como um jornal imparcial em relação a assuntos públicos. Abaixo seguem alguns trechos catalogados desse jornal:

Não é de estranhar que o Brasil se amolde ao espírito de certas nações. Alguns gabinetes mandam notas, os parlamentos levantam a voz para reclamar a execução dos tratados em favor da raça africana. (Sessão: Interior, O tráfico. Assinatura: Correio Mercantil. DIÁRIO DO MARANHÃO, 11 de dezembro de 1857, p. 3).

De início a notícia aborda a Guerra do Paraguai. O autor da notícia afirma que é dever da lei a garantia tanto dos ricos quanto dos pobres. Aborda também a diplomacia brasileira afirmando que largaram as armas, para continuarem as guerras no gabinete, entre o império e a república. Essa notícia foi publicada pelo Correio Mercantil²⁵⁷. Ao longo da notícia é apresentado que o gabinete brasileiro era lisonjeiro e que muitas vezes ocorria era que o

²⁵⁷ Foi um jornal fundado no Rio de Janeiro tinha como pertencentes a esse periódico nomes como: José de Alencar, Machado de Assis e Francisco Otaviano, era um jornal que se intitulava a favor do abolicionismo.

gabinete brasileiro se moldasse a gabinetes de outras nações. Assim chega ao Brasil notas de diversos gabinetes que são contra a execução de tratados a favor da raça africana, ou seja, a favor da permanência do cativo. Desse modo fica claro que mesmo o gabinete brasileiro tendo aprovado a Lei Eusébio de Queiroz, fora contra a aprovação da mesma.

O clamor de hoje é – daí nos coolis índios ou em falta de melhor mandai nos cipayos turbulentos. Tudo enfim, menos o pagar conveniente os.600.000 pretos livres, entre os que lá nascerão e os que Lá se achão (Sessão: Diário do Maranhão. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, quinta feira 18 de março de 1858, p.1).

Nessa notícia é tratada ao interesse da Índia Ocidental para com a necessidade de se obter mão de obra. É tratado também na notícia que o tráfico estava acabando no Brasil, e que esse tipo de comercio não deveria ser revivido. Essa notícia afirmava, a partir da visão de um americano denominado de Mr. Fletcher, que a escravidão estava condenada, mesmo antes de 1850.

A facilidade comparativa com que um escravo obtém sua liberdade e pela aquisição de propriedades os direitos de cidadão hão de provavelmente no espaço de 20 anos por um termo à escravidão neste império da América do Sul (Sessão: Diário do Maranhão. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, quinta feira 18 de março de 1858.p.2).

Na continuação dessa notícia é tratado que a escravidão já estava em seu fim. E que um prazo 20 de anos um escravo obteria sua liberdade e adquirir propriedade e direitos de cidadãos. A conclusão de Mr. Fletcher é que o futuro do Brasil seria glorioso. Um assunto que passa a ser destaque no Brasil nesse período foi a superioridade do trabalho livre em detrimento do trabalho escravo. O Mr. Fletcher era um viajante americano que tinha uma obra intitulada de O Brasil e os brasileiros.

São esperados com impaciência hospedes tão singlares, inteirmanete novos na Europa. Se com efeito vierem haverá assumpto para importantes estudos ethnologicos e anthropologicos acerca dessa curiosa variedade da raça africana (Sessão: Noticiários. Dous Pigmeus. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 de maio de 1874, p. 2).

Nessa noticia intitulada de Dous Pigmeus é abordado a chegada de “novos hospedes” (pigmeus) na Europa. Nessa noticia apresenta que esses dois pigmeus são de uma raça equatorial denominada de Akkus. Retratam esses povos anões como sendo parecidos com macacos antropomórficos, mas que se aproximavam da raça humana e que isso era provocada pela teoria de Darwin. A chegada desses anões será de suma importância para estudos

antropológicos da “curiosa” raça africana. Percebe-se que a raça africana é ratada como algo exótico e que necessitava de um estudo não pela preocupação em entender a diversidade dos povos que habitavam em África.

Destas duas circunstâncias, -o tapa, o passar a mão pela cabeça-resultou que a raça africana, que desende em linha recta do diabo, tem o nariz chato e o cabelo encarapinhado (Sem Sessão. Sem título. Assinatura: A de A. DIÁRIO DO MARANHÃO, 29 de novembro de 1878, p. 2).

Nesse texto é abordado um conto acerca da criação divina do homem. O autor do conto afirma que o diabo com inveja de Deus criou o “crioulinho”. Nesse texto é observado o caráter pejorativo que era dado ao africano e ao negro. Em uma sociedade cristã católica, denominar alguém como descendente do diabo era algo péssimo. Desse modo afirmar que o africano era descendente do diabo era uma forma de elencar a legalidade da escravização.

Para o s.exc. a libertação e a transfusão da raça africana na raça dominadora estavam fazendo e podia fazer-se pela lei de 1850 (Sessão: Noticiário. Discursos representantes maranhenses. Assinatura: O Paiz. DIÁRIO DO MARANHÃO, 12 de junho de 1885, p. 2).

Nesse texto publicado pelo jornal O Paiz(RJ)²⁵⁸, é tratado um resumo acerca da sessão dos deputados que ocorreu no dia 28 de maio de 1885. Nesse encontro se fazia presente um representante maranhense. Nessa sessão foi abordada as leis de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz) e a 1871 (Lei do ventre livre). Ao longo do texto é observado que era consenso dessa sessão que essas duas leis bastariam para resolver a situação do trabalho que se encontravam Brasil, ou, seja a lei de 1850 e a de 1871 garantiriam a tranquilidade pública e não desorganizava a mão de obra do trabalho escrava. Nesse sentido se observa que a abolição da escravatura, foi longa e gradual e principalmente preocupada com o presente da elite e não com o futuro dos escravizados.

O Sr. Joaquim Nabuco: - Se a raça negra fez a nossa civilização, é tempo de fazermos por Ella alguma cousa (Sessão: Diário do Maranhão. Interpelação. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 14 de dezembro de 1880, p. 2).

²⁵⁸ O Paiz, era um periódico da cidade do Rio de Janeiro fundado por um imigrante português. Esse periódico circulou durante o período 1 de outubro de 1884 a 1930. Se intitulava como um jornal republicano e defensor de causas abolicionistas. Eram pertencentes a esse jornal nomes como: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Joaquim Serra

Esse texto se faz presente no discurso de interpelação do Sr. Belforte. Nesse texto é tratado assuntos relacionados a escravidão e a abolição. Em uma das falas do deputado é apresentado que a escravidão é um elemento da civilização brasileira, essa fala é recebida a vaia. Observa-se que nesse momento, mais precisamente a partir de 1880, ocorre a presença de um discurso por parte da elite, que nega sua influência no processo de escravização. Essa negação se dar principalmente por essa elite não ver mais o trabalho como algo lucrativo, muitos discursos a favor da abolição eram pautados em uma ideia de que a escravidão atrasava a evolução social, desse modo o trabalho livre era mais proveitoso. O que se observa é que parte dessa elite que pregava o abolicionismo era racista. Ou seja, querer o fim da escravidão não era negar a superioridade das raças.

Particularizando mais, a raça negra se divide em dois ramos: oriental e o ocidental (Sessão: Diário do Maranhão. Sem título. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 de outubro de 1888, p. 2).

Nesse texto é abordado que a raça africana é dividida em dois ramos: oriental e ocidental. Essa diferenciação ocorre a partir de observações antropológicas. A diversidade da raça africana é tratada como “curiosa”.

Jornal A Imprensa

O jornal *A Imprensa* foi lançado em 4 de junho de 1857 e teve seu fim no ano de 1862. O seu primeiro número saiu em uma quinta-feira. Foi um jornal fundado na cidade de São Luís do estado do Maranhão. Esse periódico era mantido pelo liberal Carlos Fernando Ribeiro. Esse jornal saía para circulação duas vezes por semana, nas quartas-feiras e no sábado. Não possuía tipografia própria, sua impressão era realizada na tipografia do Progresso. O jornal apresentava comunicados da província de São Luís, mostrava correspondências e as publicações tratavam de temas relacionados ao comércio, a indústria, e a política local. Abaixo segue alguns trechos catalogados desse jornal:

As representações que ultimamente tem sido apresentada a lord Palmerston pedindo trabalhadores africanos para as colônias inglesas, desferirão sem duvida a Idea do requerimento a que nos referimos; mas ainda quando uma medida pudesse convir ás colônias inglesas e ás outras nações, não nos apreze que devesse ter cabimento no Brasil (Sem sessão. A colonização africana (I). Assinatura: Jornal do Comércio. A IMPRENSA, 2 de dezembro de 1857, p. 3).

Essa notícia publicada pelo Jornal do Comércio²⁵⁹, aborda um requerimento que ocorreu em uma sessão da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, esse requerimento pedia a introdução de colonos africanos, o mesmo foi negado. Ao longo do texto observa-se as diferenças acerca das outras colônias, francesas e inglesas, afirmando que nessas colônias já tinha sido abolido a escravidão e que não tinha mais escravos, enquanto no Brasil ainda não tinha sido abolido.

E verdade pois que o maior cuidado do governo e de todos os Brasileiros deve dirigir-se para a escolha dos melhores, dos mais moralizados e mais úteis colonos, e ninguém ousará dizer que o negro africano, estúpido, sem religião e sem moral, deve ser preferido ao colono europeu, inteligente, civilizado e capaz de introduzir melhoramentos em qualquer trabalho de que se ocupar (Sem sessão. A colonização africana (I). Assinatura: Jornal do Comércio A IMPRENSA, 2 de dezembro de 1857, p. 3).

Nesse trecho é tratado que o governo brasileiro deveria escolher os melhores colonos, os mesmos sempre seriam europeus, pois eles eram “civilizados” enquanto os negros eram “estúpidos” e “imorais”. Nesse trecho se observa que sempre é dado um caráter pejorativo e inferior ao africano, desse modo fica evidente o Darwinismo Social, no qual essa doutrina afirma que os mais evoluídos no quesito civilizatório se sobressairiam ao das raças menos evoluídas.

A essa bella escola pertence o Sr. Euzebio de Queiroz! Elle aborrece o Brasil como nação, e só o ama como uma mina digna de ser explorada; elle odeia o brasileiro com tanto maior ódio quanto é africano; para elle o Brasil é uma horda de selvagens, a sua população é uma raça hybrida, miseravelmente composta de negros, indígenas, e branco, a qual deve ser levada a chicote e a chibatada; e tanto maior é o ódio para com a raça hybrida, quanto, como dissemos, elle é Africano e cerca da pureza de sua origem sceltica há duvidadas que a própria consciência acusa (Sessão: Transcrições. Recife 10 de agosto. Assinado: Liberal Republicano. A IMPRENSA, 18 de setembro de 1858, p. 2).

Ao longo dessa notícia é tratada que o Sr. Euzébio de Queiroz fazia parte da corrente positivista. Nesse trecho é apresentado que o mesmo afirmava que a raça brasileira era uma raça híbrida, e a mesma deveria ser tratada a “chibatadas”, pois era ela que degenerava a civilização brasileira, que seria suficientemente boa se fosse composta apenas por “brancos puros”. Nesse trecho se observa a utilização da monogenia, para explicar as hierarquias das raças.

²⁵⁹ Jornal do Comércio, fundado em 1827 no Rio de Janeiro. Se intitulava como um jornal neutro em relação a assuntos políticos e seu conteúdo tinha sua base em fatos relacionados a Europa e a outros estados do Brasil. Era um jornal om caráter informativo e que na maioria de suas páginas encontravam-se romance, principalmente franceses.

Este aprisionamento dos escravos não só os predisponha às moléstias e ao desgosto pelo trabalho, como que os conduzia á hypocondria, e a dáhi a todas as paixões brutaes e ferozes, que engendrão a solidão, o isolamento e a oppressão, e que forão tantas vezes causas dos crimes mais atroeses que ensanguetárão a triste e dolorosa historia da escravidão no Brasil, e o que os nossos descontentes não poderão ler sem estremecerem da cabeça aos pés transidos de horror (Sessão: Transcrições. Substituição dos braços escravos pelas machinas. Sem assinatura A IMPRENSA ,17 de setembro de 1859, p. 2).

Fica evidente nesse trecho que já estava ocorrendo vias de segunda opção para o trabalho, pois já se observava a inviabilidade que estava sendo a escravidão. No trecho fica evidente a ligação que se fazia da escravidão com a violência. Era uma afirmativa que, as “brutalidades” cometidas pelos escravos eram por causa do clima hostil e degenerado no qual os mesmos se encontravam.

Pelo modo que partircamos a cultuca, só o machado e a enxada, dirigidos pela força muscular do escravo, exposto a um trabalho pesado e fatigante, podem arrancar do solo dos productos da lavoura. Em homenagem aos princípios eternos de justiça, pelo respeito devido á dignidade humana; pelos bem entendidos interesses do Brazil, o tráfico de africano está extinto entre nós (Sessão: Transcrições. Falta de Braços. Sem assinatura. A IMPRENSA, São Luís,8 de outubro de 1859, p. 2).

Nesse trecho é tratado uma visão “branda” do que foi o fim do tráfico africano. No mesmo trecho é apresentado que o tráfico africano só teve seu fim por causa dos princípios da justiça, do respeito e do reconhecimento dos escravos como pessoas dignas. Porém o que aconteceu foi que a extinção do tráfico africano ocorreu por pressões externas e que nesse país continuo a ter trafico interno de escravos.

Com o título - O negro não é homem perfeito – discutio-se recentemente em França uma questão com toda a seriedade, e um sábio se inclina a crer que Adão foi negro, e que nós outros, os brancos, não somos mais do que um producto degenerado e perdido com andar dos séculos (Sessão: Variedades. Sem título. Assinatura: Da revista Comercial. A IMPRENSA, 31 de agosto de 1861, p. 2).

Nessa noticia é abordada uma análise acerca da obra O negro não é homem perfeito, no qual é afirmado que Adão descende do continente africano, que era negro e que todos os brancos são degenerados. Nesse trecho fica evidente a troca de representações, no qual o branco assume o caráter de “degenerado” que apenas era submetido ao negro.

Com todo o nosso orgulho, pois, com todas as nossas basofias de superioridade sobre raça negra, não somos mais do que essa mesma raça degenerada, não somos mais do que um producto mal trabalhado, que em outro tempo teve a côr com que tingio frabricante, porem que força de se lavar tem desmerecido; ao passo que o ramo africano de nossa espécie conserva a sua primitiva cor, a qual demonstra a superioridade da fabrica (Sessão:

Variedades. Sem título. Assinatura: Da revista Comercial. A IMPRENSA, 31 de agosto de 1861, p. 2).

Nesse trecho fica evidente que o autor da obra “ O negro não é homem perfeito” queria apresentar que as ambas as raças são iguais, o que difere a apenas a tonalidade da tez. Desse modo se observa que a partir de 1850 ocorre uma maior variedade acerca de assuntos que apresentam a igualdade das raças, apresentando apenas a cor da pele como diferenciação, afirmando que isso não deveria ser utilizado para dominação.

Jornal *O Paiz*

O Jornal *O Paiz* teve seu primeiro número publicado em 1º de maio de 1863 e encerra em 1886 quando se une ao jornal *O Publicador Maranhense*, o redator e o proprietário do periódico era Temístocles Aranha, o mesmo já tinha sido redator do Jornal *O Publicador Maranhense*. Em primeira instância o título desse jornal era, *O Paiz: Jornal catholico, litterario, commercial e noticioso*, depois passou a se chamar, *O Paiz: Orgão especial do commercio*, essa mudança de nomenclatura de subtítulo se deu devido ao redator do jornal ser convocado para que esse impresso passasse a ser órgão de divulgação da classe comerciário da província. Abaixo segue alguns trechos catalogados desse jornal.

Foram eles a luz d’onde chamaram os mais brilhantes raios da civilização christãa, nos remotos clunas da Africa, da Asia e da America, arrebanhando para o grêmio da unidade social povos dispersos educados nas religiões egoísticas do paganismo, ignorantes os verdadeiros princípios, que tornam o homem irmão dos outros homens, e a nação irmã das outras nações (Sessão: Transcrições. Sem título. Dr. Sabino Olegario Ludgero Pinho (Diário de Pernambuco). O PAIZ, 13 de outubro de 1863, p.1).

Nesse trecho fica claro o caráter de “civilizador” que era dado ao europeu. O mesmo seria responsável por levar a “civilização” para aqueles povos remotos (África, Ásia e América). Seriam eles os responsáveis por levar a religião cristã aos povos considerados aos moldes cristãos europeus como sendo sem religião.

E, entretanto, essa raça desherdada estava ligada a seus opressores por laços estreitíssimos o sangue dos Anglo-saxisonos misturava-se, de longa data, com o da raça africana”. Sessão: Ciências, letras e artes. Queixas e vexações dos antigos estados de escravatura. A Califórnia e o caminho do pacífico (trad. Para o Paiz). (O PAIZ, 22 de maio de 1878, p.1).

No presente texto é abordado a presença dos mestiços nos Estados Unidos, apontando que o mestiço era uma raça desherdada, pois era uma “raça misturada”. “No Brazil poder-se-ia a marcar o praso de sete anos para a raça africana continuar no cativoiro”. Sessão: Noticiário. Ministro Americano. Sem assinatura. O PAIZ,15 de dezembro de 1880, p. 2.

Nesse trecho fica evidente o prazo que foi dado para a permanencia do cativoiro. A afirmativa do prazo de sete anos, se dar por causa do processo lento e gradual da abolição, no qual a presença do cativoiro em solo brasileiro não era mais lucrativa e não era considerado mais uma pratica que dificultava a evolução social do Brasil.

Entre essa gente de côr havia um jovem, mestiço de vinte anos, admiravelmente bello, dessa beleza esculptural e ardente ao mesmo tempo, que produz as vezes o cruzamento da raça africana, que dá a seiva e o vigor, a mocidade, com a raça branca, que dá a graça e a inteligência. (Sessão: Folhetim. A Brazileira. Assinatura: A. Malthey. O PAIZ,28 de dezembro de 1881, p. 1).

Nesse trecho se faz presente como era retratado o mestiço. O mestiço era considerado uma pessoa que possuía herança da raça branca, o caráter civilizador e a inteligência e heranças da raça negra, o “fogo” e a jovialidade. O mestiço era considerado uma pessoa que seria importante para o processo de branqueamento da população brasileira, tendo em vista que aproximadamente 70% da população brasileira da 2ª década do século XIX era negra, desse modo muitos estudiosos, dentre eles médicos, acreditavam que em um prazo de 20 anos a população brasileira seria totalmente branca, e que o mestiço ajudaria nesse processo.

Refuta depois com vivacidade a opinião daqueles que comparão a emancipação dos servos adscriptos á gleba na Allemanha; comparação que realmente só pode nascer no espirito de quem ignora tanto a historia econômica da Europa como as condições das classes servas; e nenhum caso faz circunstancias ethlogicas, phisio-psychologicas e outras, próprias da raça africana” (Sessão: Revista do Interior. O elemento servil na Europa. Sem assinatura. O PAIZ,15 de setembro de 1884, p. 2).

Nessa notícia é abordado que nem todos na Europa tinha pensamentos abolicionistas como no Brasil. Ao longo da notícia ocorre a reclamação para aqueles que comparam a abolição servil com a abolição escrava, afirmado que a segunda tem condições etnológicas próprias da raça africana.

“As figuras allegoricas e os baixo-relevos são de um grande primor artístico. Cinislei compoz o corpo da mulher e da creança com uma beleza clássica que não lembra as feições e as fôrmas da raça africana” (Sessão: Noticiário. Sem título. Sem assinatura. O PAIZ,27 de

agosto de 1888, p. 2). Nessa notícia é abordada uma escultura do artista italiano Cisnilei, no qual ele esculpe uma mulher com uma criança, e que esse párvulo não tem características africanas e sim clássicas, da raça branca. Ao analisar essa notícia fica claro que mesmo após a abolição (13 de maio de 1888) ainda se torna presente o caráter inferior que era dado ao africano, assim fica notório que, ter uma sociedade abolicionista não era o mesmo de ter uma sociedade não racista.

Considerações finais

De acordo com o que foi analisado e discutido, foi possível entender como a sociedade escravista buscava por meio das doutrinas raciais uma justificativa para o cativeiro e para ação racista contra os negros. As teorias de cunho racial serviram para dar uma justificativa para argumentos instaurados desde o Antigo Regime e que se estendem até os dias atuais, um deles seria afirmar o caráter inferior baseado na raça. Esse discurso de inferiorização utilizou as doutrinas raciais para sua justificativa, desse modo o uso das ciências e da formação do “racismo científico” serviram para embasar o porquê da escravização do negro.

O papel da imprensa foi de suma importância para esse processo de justificativa do cativeiro, tendo em vista que os impressos eram grandes meio de circulação e propagação de ideias, tornando-se porta-voz pública. De fato, essas doutrinas raciais aliadas à imprensa influenciaram diretamente a política e a construção da identidade nacional. Assim, deve-se observar como que os impressos detêm as interferências diretas e indiretas no campo político e ideológico.

No decorrer da catalogação dos jornais foi possível observar a retratação da imagem criada do negro, do escravo e do africano, principalmente elegendo esses povos como “raça inferior” ou subalterna. A discussão do conceito raça começa a ser divulgada nos jornais e se apresenta em sua maioria falando as qualidades do europeu, a “violência” do africano e como os negros são dependentes dos brancos mesmo após a abolição da escravidão.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Os domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 2ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2014. p.41-54.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos emblemas e sinais**: história e morfologia.2.ed. São Paulo: Companhia das Letras,1989, p.147-181.
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos nós e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.
- MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.
- MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil, 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras.1995.
- _____. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.2º ed. São Paulo: Companhia das Letras .2017.
- SILVA, Tatiana Raquel Reis. A imprensa abolicionista no Maranhão do século XIX: novas abordagens. In. CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de (orgs). **O império do Brasil**: educação, impressos e confrontos sociopolíticos. São Luís: Editora UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 387-411.